

## Editorial da *Revista e-Curriculum*

Edição 20 (4) outubro/dezembro 2022

Ao considerar a educação e o currículo como território de formação e de experiência cidadã, a Revista e-Curriculum entende a vida permeada de tensões, de contestações e de lutas, e assume, como princípio epistemológico, a pedagogia crítica vinculada à educação transformadora e à emancipação humana.

Em tempos tenebrosos de ameaças à educação e à pesquisa científica, a Revista e-Curriculum manteve seu compromisso com a produção e a disseminação de conhecimentos sobre educação, em especial na área de concentração Currículo, em suas políticas, estratégias e práticas questionadas mediante distintos recortes, abordagens e metodologias.

No momento em que educadores, pesquisadores e a população brasileira enfrentam o desafio de superar os retrocessos dos últimos anos, com esperança no trabalho coletivo em prol da reconstrução e de melhores condições para a educação e a produção da ciência, esta edição da Revista contempla um conjunto de artigos da demanda contínua, que lança luzes para entender a complexa situação da educação e do currículo e as mudanças prioritárias requeridas.

Os artigos ora publicados giram em torno da denúncia de interesses implícitos nas atuais políticas educacionais com os mecanismos de destruição perpetrados e de paradoxos reveladores de potências transformadoras que permitiram contornar, parcialmente, os problemas e agir segundo os princípios da educação democrática, da justiça e da equidade social. Nesta óptica, a presente edição compõe-se de 20 artigos, um deles de entrevista, aglutinados em torno da educação e do currículo e desdobrados em temáticas que convergem com a diversidade cultural, a contracolonização, a identidade de gênero, as políticas públicas, a formação e a prática pedagógica, a juventude, as tecnologias e seus metaversos, os algoritmos e as *fake news* veiculadas, a financeirização da educação, com ênfase em estudos sobre diferentes contextos e níveis de ensino.

São dois artigos relacionados a temas da diversidade cultural, da decolonialidade e da contracolonização curricular. Um deles, de autoria de Marinete da Frota Figueredo e Dinalva de Jesus Santana Macêdo, trata da diversidade cultural no currículo da Rede Municipal de Ensino de Guanambi, Bahia, a partir da Proposta Curricular da rede e de dados de entrevistas semiestruturadas realizadas com professoras. Os resultados mostram a associação da

=====

diversidade cultural com a visão liberal evidenciada pelo ensino padronizado alinhado a um currículo comprometido com a universalização do conhecimento, em detrimento da educação intercultural.

Na perspectiva da decolonialidade e da pós-colonialidade, Flávia Paola Félix Meira e Julvan Moreira Oliveira retratam um estudo sobre a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER), desenvolvido em diálogo com as histórias, as alegrias e os traumas reconhecidos nas pesquisas e nas produções acadêmicas desenvolvidas por mulheres negras. O estudo identifica o racismo experimentado por essas mulheres, as marcas da africanidade de suas trajetórias e como o tema das relações étnico-raciais se traduzem no currículo de formação de professores, mostrando a relevância da raiva na contracolonização dos currículos.

Temas como políticas públicas, legislação, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), formação de professores e reforma do Ensino Médio são enfatizados em sete artigos desta edição.

A implementação da Lei N° 10.639/2003 na Educação Básica é o objeto de estudos de Lilian Santos de Andrade e Osvaldo Mariotto Cerezer, com foco nos saberes e nas práticas de professores de História, Arte e Língua Portuguesa. Segundo a abordagem da teoria intercultural crítica e dos estudos decoloniais, o estudo aborda a história e a cultura africana e afro-brasileira em uma escola do município de Poconé, Mato Grosso, e revela práticas e imaginários racistas presentes na escola e os desafios enfrentados pelos professores para a decolonização de saberes e práticas.

Lucas da Costa Lage e Simone Silva Alves estudaram os currículos dos cursos de licenciatura em Pedagogia das Universidades Federais da Região Sul do Brasil, orientados pela Lei N° 10.639/2003 a respeito do tratamento de questões étnico-raciais. Os resultados revelam que os fundamentos dessa legislação estão diluídos transversalmente em alguns componentes curriculares, evidenciando a presença de debates sobre o papel das instituições em relação à formação inicial e continuada de professores, orientada pelos princípios do respeito à diversidade étnica, racial e religiosa.

As aproximações e os distanciamentos das relações discursivas entre empreendedorismo e identidade de gênero na BNCC e na Base Nacional Comum (BNC) para a formação de professores da Educação Básica são analisados no artigo de Francisco Egberto

de Melo e Antonio Germano Magalhães Junior. A teia discursiva constituída entre os documentos analisados permitiu identificar expressões inerentes ao empreendedorismo neoliberal, bem como as possibilidades da composição de projetos pedagógicos que considerem as identidades de gênero. Essa tecitura mostra a relevância da compreensão dos interesses e das lacunas implícitos nas propostas curriculares, de modo a permitir a identificação de espaços de exercício da docência que contemplem a diversidade, a autonomia e a liberdade dos sujeitos.

Micheline Madureira Lage e Flávia Nobre Santos assumem a literatura na proposta curricular do Ensino Médio tratada na versão inicial, na segunda versão e na versão final da BNCC por meio da literatura e de estudo de campo, com vistas a identificar se, na segunda versão, os objetivos de aprendizagem contribuíssem para a formação de um leitor literário mais reflexivo. Os resultados indicam que os pressupostos contidos no documento apontavam para um caminho que levava o jovem ao encontro da literatura, porém a versão final da BNCC dificulta tal formação em razão da reforma do Ensino Médio e das alterações introduzidas nessa versão do documento. O estudo torna evidente a concretização de intenções de desmonte da formação leitora reflexiva.

A reforma do Ensino Médio impulsionada pela Lei N° 13.415/2017 é analisada no artigo de Shirlei de Souza Corrêa, Juarez da Silva Thiesen e Isabel Cristina Hentz, com base na literatura acadêmica em busca de contribuir com a produção do estado da arte dessa temática. O estudo descortina como preponderantes, na literatura, os temas relacionados às políticas, ao currículo, à educação profissional e às juventudes, associados a um caráter de denúncia de interesses implícitos na concepção da reforma, no intuito de colocar a educação a serviço do capital, e de crítica às mudanças na estrutura e no funcionamento do Ensino Médio, com reflexos na formação das juventudes, nomeadamente das atendidas pela escola pública.

A reforma do Ensino Médio também foi o objeto de Lynna Gabriella Silva Unger, Tássia Alexandre Teixeira Bertoldo e Lívia de Rezende Cardoso, ao analisarem documentos curriculares que orientam a (re)elaboração dos currículos preconizados com foco na discursividade empreendida pelo modelo da Escola da Escolha na formação dos sujeitos-jovens-estudantes. O apoio em teorias pós-críticas permitiu identificar que o discurso oficial expresso nos documentos rege as relações vivenciadas na escola. Tais resultados clamam para a discussão e a tomada de consciência da racionalidade pedagógica presente nas políticas curriculares voltadas à formação objetivada de sujeitos.

A juventude é tema do artigo de Talita Vidal Pereira e Roberta Avoglio Alves Oliveira, ao analisarem os sentidos produzidos sobre a “juvenilização” por docentes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O estudo identifica os estudantes mais jovens como vítimas das adversidades da escolarização, cuja presença tende a representar uma ameaça à possibilidade de atendimento pela EJA de adultos que não concluíram seus estudos em condições de idade e de seriação padronizada. As autoras interpretam, assim, que tais discursos são pautados por um ideal de estudante que alimenta expectativas de controlar subjetividades. Enfim, entende-se que tanto as juventudes como os adultos estão presentes nos discursos como disputas e desconsideram o potencial das relações de aprendizagem intergeracionais.

As políticas educacionais do período da pandemia da covid-19 são analisadas por Grazielle Borges de Oliveira Pena, Luciene Pereira da Silva Gonçalves e Kaique de Oliveira, com foco no papel da escola, segundo a óptica do ciclo de políticas de Ball, por meio de análise documental e de entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontam que o discurso de que o Estado cumpriu seu papel na pandemia se apoia na participação do setor privado na política pública, cuja preocupação se centra no cumprimento de carga horária em detrimento da qualidade do ensino. As aulas remotas foram caracterizadas pela improvisação, pela falta de recursos e de políticas públicas que atendessem às necessidades concretas da escola e de seus alunos, aprofundando a desigualdade social, a evasão e a exclusão de estudantes de classes desfavorecidas.

Dois artigos representam o paradoxo com que convive a educação brasileira em relação ao tratamento dos elementos da cultura no currículo e nas práticas escolares. Um deles mostra o potencial de uma vertente integradora, e o outro trata da perspectiva do isolamento e da alienação da cultura dos educandos indígenas.

O trabalho de Lucas Borges Soeiro e Rosianny Campos Berto enfatiza as práticas docentes a partir do diálogo com histórias, memórias, artefatos culturais e registros de experiências formadoras do congo de Nova Almeida, localizada em Serra, no Espírito Santo. As marcas de uma prática curricular culturalmente orientada pelo tema do congo potencializam iniciativas locais da integração “escola e comunidade” e reiteram as contribuições de histórias e de memórias na produção de processos coletivos de formação e de práticas entrelaçadas com os saberes locais. A compreensão do potencial de manifestações populares diversas existentes no Brasil, tais como o congo, que expressa o hibridismo cultural entre o batuque do negro e do

índio com a religiosidade católica, torna evidente a relevância da integração entre currículo e cultura.

Em outra vertente, o artigo de Angela Maria dos Santos Rufino, Luiz Antonio Gomes Senna e Igor Soares de Oliveira, por meio de uma abordagem bibliográfica e documental, tece uma análise crítica reflexiva sobre o tratamento dos livros didáticos e similares em relação aos elementos da cultura de grupos desfavorecidos. Os resultados do estudo revelam que os livros estudados apresentam conteúdos que podem depreciar e inferiorizar os povos indígenas, isolando-os da sua história. Nessa acepção, o estudo mostra que os materiais didáticos podem estar a serviço das ideologias e das tendências políticas da classe dominante e não a favor da emancipação dos povos indígenas.

Em meio a esses paradoxos, o ensaio teórico-conceitual desenvolvido por Cláudia Aparecida dos Santos, alicerçado na conexão entre filosofia e educação, nomeadamente na filosofia da diferença em vez da identidade, problematiza o “pensamento-identidade” e seu espelhamento na educação. Esses fundamentos permitem argumentar a favor das possibilidades da criação de currículos inventados, impulsionadores de movimentos que fogem da linearidade e do pensamento-curricular hegemônico, descortinando a criação de um currículo educacional constituído por inflexões, composições singulares, associações e linhas de fugas. Este ensaio associa-se a outros artigos desta edição que delineiam caminhos possíveis para romper com a racionalidade instrumental presente nas propostas curriculares hodiernas, especialmente quando os professores compreendem e refletem criticamente sobre o currículo escolar.

O estudo de Kelly Karine Kreuz e Fabiane de Andrade Leite centra-se nas compreensões de professores de Ciências da Natureza, de uma escola pública do interior do estado do Rio Grande do Sul, acerca de currículo. Foram identificadas três categorias de compreensão a respeito do currículo escolar: conteudista-ingênuo, conteudista-crítica e crítico-reflexiva, sendo mais recorrente a compreensão conteudista-crítica. Ademais, as compreensões são recontextualizadas nos espaços escolares, distanciando-se do preconizado nas propostas curriculares. Contudo, o afastamento da proposta curricular estrita pode não representar uma compreensão na óptica da criticidade associada à reflexividade.

Um conjunto de seis artigos associa a formação e a prática docente, tecnologias, ecologias de metaversos e algoritmos e *fake news*, financeirização da educação e preceptores

nos processos educacionais em saúde, evidenciando distintos prismas críticos sobre temas candentes da educação e do currículo.

O artigo de Eunice Andrade de Oliveira Menezes, Cícera Sineide Dantas Rodrigues e Giovana Maria Belém Falcão, enfoca a multidimensionalidade da didática e seu lugar na prática docente desenvolvida em duas universidades públicas cearenses, por meio da análise do olhar dos discentes evidenciado em suas respostas a um questionário. A análise temática dos dados revela “núcleos de sentidos” sobre a prática experienciada como relevantes subsídios da formação, com destaque para a articulação entre o ensino e a pesquisa e a aproximação com a realidade escolar. Desse modo, o estudo contribui para fortalecer a didática como campo que inter-relaciona a prática de ensino orientada pela pesquisa com o contexto concreto da escola.

Massimo Di Felice e Eliane Schlemmer propõem um estudo para repensar a educação diante das ecologias dos metaversos e das formas comunicativas de os habitar, segundo uma abordagem que trata do “Metaverso do mundo real”, associado ao uso de realidade aumentada no mundo físico, com vistas a ampliar e potencializar experiências humanas. Tais ecologias são experienciadas por meio de um trabalho de campo inspirado na pesquisa-intervenção com práticas comunicativas e interativas em educação. Como resultados, os autores mencionam os desafios propostos à educação, uma vez que tais metaversos favorecem a passagem da compreensão de comunicação para um novo modo de habitar comunicativo, no qual comunicar, interagir e cocriar implicam um *habitat*. Trata-se de um estudo inovador sobre uma interface tecnológica, que desafia a educação a repensar seus modos de comunicação, de interação, de cocriação e de convivência, de forma a não se deixar seduzir pelo fetichismo tecnológico, tampouco rejeitá-lo *a priori* e correr o risco de ser aprisionado.

Outro artigo com foco nas tecnologias digitais, nomeadamente os algoritmos e as *fake news*, de autoria de Roberto Silva e Jaciara Carvalho, enfatiza a formação crítica de graduandos em tecnologia da informação. Tem como premissa que essas tecnologias contribuem com a constituição das relações entre os sujeitos, a compreensão de realidades e a conformação das sociedades, interferindo nos valores humanos e nas visões de mundo, inclusive dos profissionais responsáveis pela sua concepção e pela sua produção. Os resultados alcançados indicam que a formação específica desses profissionais não se mostra necessariamente comprometida com uma visão complexa e problematizadora das consequências das tecnologias, aproximando-as do senso comum. O estudo mostra que a conscientização sobre os riscos e as possíveis contribuições das tecnologias não fazem parte da formação do profissional que as

projeta, podendo reforçar o fetichismo sedutor desde o processo de produção, o qual interfere nos modos de uso e de modelagem.

A financeirização da educação é objeto de estudo de Beatriz Azevedo Blandy e Ladislau Dowbor, em um ensaio crítico e exploratório com destaque para um mapa dos principais aspectos da reconfiguração estrutural atual do ensino básico, em relação a capitais internacionais, com benefícios para grupos educacionais e seus acionistas. Ao assumir como referencial teórico a interlocução entre pensadores da área de Educação com ideias de economistas e gestores, o ensaio oferece uma visão multidimensional do fenômeno e revela desdobramentos sociais e políticos amplos como a perpetuação e o aprofundamento da desigualdade estrutural brasileira. Ademais, identifica parâmetros para o acompanhamento desse processo, delinea caminhos e metodologias para novos estudos. O artigo alerta sobre a necessidade de apropriação dessa temática em associação com a realidade escolar, de modo a confrontar, com argumentos sustentáveis, o processo de reconfiguração estrutural em curso.

Victor Hugo da Silva Martins e Tarcísio Fulgêncio Alves da Silva analisam a percepção do preceptor em saúde sobre os processos educacionais em um Hospital Universitário no Sertão de Pernambuco, por meio de um estudo transversal, de caráter descritivo e exploratório. A análise de dados obtidos com as respostas de preceptores a um questionário *online* e grupo focal evidenciou potencialidades relacionadas com a relevância do seu papel em aspectos como a partilha de conhecimentos, o desenvolvimento individual e profissional e a elaboração de produções científicas. No entanto, há fragilidades na formação didática, problemas de comunicação, precariedade financeira e de vínculo institucional. Os resultados requerem dedicação institucional para a conscientização da comunidade acadêmica a respeito do papel dos preceptores na inter-relação entre a teoria e a prática profissional.

Compõe essa edição da Revista e-Curriculum uma entrevista realizada por Branca Jurema Ponce e Thais Almeida Costa com a professora Amábilis Almeida, com especial dedicação às utopias concretas para renovar esperanças democráticas, conforme testemunho das entrevistadoras e da entrevistada, defensora ativa do direito à educação e da justiça curricular e da ação feminista insubordinada ao patriarcado e de resistência política contra o autoritarismo. Trata-se do registro de uma história de vida, de educação escolar e de prática curricular que patenteia a luta necessária para alcançar avanços democráticos e garantir a equidade na educação nacional com evidências de utopias concretas que renovam as esperanças

na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, com respeito às diferenças e aos diferentes.

Com esperança de que 2023 seja um ano de renovação do compromisso com os direitos constitucionais, com a educação, a cultura, o meio ambiente, de acolhida às carências dos mais necessitados, conforme expressa a Constituição Cidadã, os editores da Revista e-Curriculum reconhecem o potencial de inaugurar um novo tempo para o bem-estar do país e de todos que o habitam, por meio de avanços no processo de reconstrução democrática, transformação social e educacional.

A Comissão Editorial da revista e-Curriculum agradece a todos que contribuíram com sua persistente atuação para manter a qualidade de suas edições, aos autores que submeteram seus artigos à crítica de membros do Comitê Científico, os quais voluntariamente se dedicaram à emissão de pareceres, e à equipe de gestão e de suporte técnico para viabilizar a organização e a publicação das quatro edições deste ano de 2022. A benfazeja produção veiculada fortalece a Revista para aprimorar sua trajetória e enfrentar os novos desafios de 2023!

**Antonio Chizzotti**

**Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida**

Dezembro de 2022